

Cooperativismo empresarial e suas ambigüidades: o distanciamento entre a teoria e a pratica do sistema

Elpídio Serra – Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação em Geografia

elpidio_serra@hotmail.com

O cooperativismo, enquanto sistema universal romanticamente baseado na filosofia do "um por todos, todos por um", da "união faz a força" e de uma série de outros slogans que incorporam a importância da união de pessoas e respectivas funções como condição para a sua inserção nas relações capitalistas de produção e de trabalho, vem sofrendo nos últimos tempos um processo de transformação muito forte, chegando ao ponto de não se ter como separar uma cooperativa de uma empresa privada comum, dados os níveis de aproximação entre os segmentos privado e coletivo. Diante da situação criada, o presente trabalho se propõe, tomando como referência de análise a COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial de Maringá, no Norte do Paraná, a analisar os motivos que vão justificar o nivelamento das cooperativas com as empresas ditas comuns, bem como as vantagens e as desvantagens que em função disso transferem aos associados, antes "com certeza" e atualmente "talvez" os verdadeiros donos das cooperativas. Como procedimento metodológico o trabalho, elaborado para ser apresentado no III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA e no II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA procura, num primeiro momento, resgatar os princípios e valores que nortearam a formação da proposta cooperativista no século XVIII, sustentada nas utopias de Owen, Blanc, King, Fourier e de outros pensadores da época, que se preocupavam com a exclusão social e suas conseqüências mais evidentes (fome, miséria, desemprego...) que "poderiam" ser produzidas pelo capitalismo ainda nascente; a sua implantação no século XIX quando a Revolução Industrial veio provar que os pensadores estavam certos; a sua prática no século XX, já inserida no capitalismo estruturado e já incorporando alguma prática empresarial estranha ao seu berço ideológico e filosófico; num segundo momento, procura analisar a prática cooperativista atual e estabelecer algum tipo de comparação entre a teoria e a prática cooperativista, usando como referencial a COCAMAR de Maringá. A cooperativa maringaense é utilizada como referencial porque, embora fundada nos anos 1960, passou por todas as fases da evolução do cooperativismo agrário brasileiro, operando, de início, em função de recebimentos e repasses de matérias-primas entregues pelos agricultores associados e, em seguida, como unidade de transformação e industrialização dessas mesmas matérias-primas, repassando ao mercado consumidor, direta e indiretamente, não mais matérias-primas, mas produtos elaborados. Agregando valores a partir da transformação de matérias-primas em produtos industrializados, conseguiu se estruturar

como empresa capitalista, em condições de atuar em nível de igualdade com grandes empresas nacionais e internacionais, no mesmo segmento econômico. Além da agregação de valores, contribuiu para essa transformação uma política de benefícios fiscais carreada pelo Estado para as cooperativas, principalmente durante os anos 1970 e parte dos anos 1980, através da qual a COCAMAR foi altamente beneficiada. O Estado, ao carrear créditos subsidiados para as cooperativas, viabilizou que estas se estruturassem em termos de equipamentos relacionados aos setores de recebimento, estocagem e transformação de matérias primas, acelerando desta forma seu processo de crescimento econômico. Para a COCAMAR, tal política significou a arrancada rumo a um processo de verticalização que hoje lhe garante o status de multicooperativa e sua inserção no Complexo Agroindustrial. A passagem, de uma cooperativa que recebia e comercializava matérias-primas, para uma cooperativa que recebe matérias-primas e as transforma em produtos industrializados para chegar diretamente ao mercado consumidor, só foi possível graças à estruturação de um parque industrial bastante sofisticado que envolve unidades de beneficiamento e transformação de grãos (soja, caroço de algodão, girassol, café), de fios (algodão, seda), de frutas (laranja) e de outras matérias primas, produzidas ou não pelos associados. Na medida em que o parque industrial foi sendo estruturado e diante do risco de não ter matérias-primas em suficiência para manter as unidades de transformação em funcionamento constante, a cooperativa passou a trabalhar com terceiros e também com produtores integrados, comportamento que, se de um lado lhe garantiu o suprimento de matérias-primas, de outro lado contribuiu para minimizar a importância do associado perante sua estrutura de funcionamento. Ao operar com associados, terceiros e integrados, a cooperativa transformou-se numa empresa híbrida, cuja evolução independe de quesitos como representatividade e fidelidade do quadro associativo. Paralelamente, comporta-se como uma organização que, no âmbito da restrita atuação junto aos associados, pode não assumir o lucro como meta, vestindo desta forma a camisa ideológica do sistema cooperativista, onde, no lugar do "lucro", "sobra" constitui o termo mais adequado; mudando-se para os outros segmentos que atende, no entanto, o lucro passa a ser vital para a atividade econômica que desempenha. É diante do novo quadro, conseqüente de seu processo evolutivo, que a COCAMAR assume seu papel contraditório perante as normas do sistema cooperativista, passando a conviver, ora com a ideologia de sua formação, ora com a prática de sua sustentação econômica. E é no contexto desse quadro contraditório que os associados, num dado momento podem ser classificados como "donos" do empreendimento mas que, logo em seguida, perdem força para um "talvez" carregado de dúvidas e de indefinições. Essa perda de importância do quadro associativo constitui, a propósito, objeto de análise no presente trabalho, na parte em que procura enfocar as vantagens e as

desvantagens a ele proporcionadas pela transformação da cooperativa em uma empresa...
como outra qualquer.